www.cmjornal.pt
CORREIO da manhã
ESTE SUPLEMENTO É PARTE INTEGRANTE DA EDIÇÃO Nº 15 365 DO CORREIO DA MANHÃ E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

O Green Deal nas florestas e empresas

Elvira Fortunato, Humberto Rosa, Jorge Moreira da Silva e Margarida Tomé foram os participantes nesta conferência

Pedro Siza Vieira
Floresta de produção é estratégica

António Redondo
A celulose é um supermaterial

David Santos

NEGÓCIOS INICIATIVAS PRÉMIO FLORESTA E SUSTENTABILIDADE

Um prémio à inovação na floresta

As candidaturas são feitas através do site www.premioflorestasustentabilidade.pt e estão abertas até 31 de julho de 2021, exceto na categoria Escola e Floresta, em que o prazo se estende até 31 de outubro de 2021.

FILIPE S. FERNANDES

David Santos

Ana Cláudia Coelho, partner da PwC, fez a apresentação da terceira edição deste prémio.

"O objetivo deste prémio é sensibilizar toda a sociedade para a importância e para o valor da floresta, e portanto pretende distinguir projetos que promovam a economia circular, a inovação, a relação entre a floresta e a comunidade", disse Ana Cláudia Coelho, partner da PwC na apresentação da 3.ª edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade, uma iniciativa desenvolvida pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, em parceria com o Correio da Manhã e o Jornal de Negócios, que conta com o patrocínio do Ministério da Economia e da Transição Digital, e o apoio da PwC.

O Prémio Floresta e Sustentabilidade é uma das formas de premiar e divulgar o conhecimento e os projetos de melhoramento florestal que se desenvolvem no país. A intenção da CELPA e das empresas suas associadas é que contribua para a modernização do setor florestal ao premiar e reconhecer o mérito de quem faz bem feito, tanto nas escolas e no trabalho que milhares de professores desenvolvem com os seus alunos, como na sociedade civil e nos projetos de melhoria da floresta que são implementados.

"Cada uma das categorias do prémio assenta num dos eixos essenciais à inovação e modernização: aprendizagem (Escola e Floresta), investigação e conhecimento (Inovação e Ciência), transferência de conhecimento (Gestão e Economia da Floresta) e utilização da tecnologia (Floresta e Comunidade)", diz Francisco Gomes da Silva, diretor-geral da CELPA.

Candidaturas abertas

A primeira edição em 2016/2017 teve 75 candidaturas e foram distinguidas seis entidades. Na segunda edição foram recebidas 113 candidaturas, tendo sido distinguidas sete. Na sua análise, Ana Cláudia Coelho sublinhou o número de candidaturas à categoria "Escola e Floresta", que "na última edição teve um sucesso bastante significativo ao nível das escolas, tendo recebido um total de 55 candidaturas, o que é relevante porque mostra que houve um envolvimento dos jovens, que era justamente um dos objetivos desta edição".

As candidaturas à 3.ª edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade podem ser feitas através do site www.premioflorestasustentabilidade.pt e estão abertas até 31 de julho de 2021, exceto na categoria Escola e Floresta, em que o prazo se estende até 31 de outubro de 2021.

Em termos de metodologia há depois uma fase de avaliação das candidaturas efetuada pela PwC que produz um relatório de análise de candidaturas que é apresentado ao júri e faz a seleção e a nomeação de vencedores por parte do júri, "que é soberano", como sublinhou Ana Cláudia Coelho. ■

"A celulose é um supermaterial"

"A celulose é reconhecida como um supermaterial de futuro, pelo que o setor está há anos a trabalhar para desenvolver novos produtos de base biológica", afirmou António Redondo.

"As indústrias de pinho, sobro e eucalipto são clusters de uma grande relevância estratégica para o futuro do país não só pelo seu impacto económico na balança comercial, no VAB e na geração de emprego, mas também como contributo decisivo para a riqueza, coesão territorial e para o desenvolvimento de cadeias de abastecimento curtas e resilientes", afirmou António Redondo, presidente da CELPA.

Estes clusters silvo-industriais não têm uma visão mineira ou extrativa da matéria-prima e foram inovadores na introdução dos conceitos de gestão florestal sustentável. Planeiam e produzem com anos de antecipação a sua própria matéria-prima garantindo a sustentabilidade do recurso em harmonia com o espaço.

"Portugal não terá outro setor económico em que existam condições naturais para criar uma matéria-prima renovável, única e diferenciada, onde domina know-how e tecnologia, no qual controla todas as fases relevantes da cadeia de valor, desde a floresta ao fabrico atual de vários produtos pasta de papel, papel, cartão e tissue, onde possui escala mundial, em que apresenta I&D e branding de reputação internacional", defendeu António Redondo.

David Santos

António Redondo, líder da CELPA, enfatizou a relevância da indústria.

Portugal tem uma área florestal que cobre cerca de 3,4 milhões de hectares, sendo o principal uso do solo e valorizando o território continental, e onde há um claro predomínio de espécies autóctones, que ultrapassa os 70%.

20 a 30% de matos e incultos

Para o presidente da CELPA, "as florestas nacionais poderão e deverão ser um motor de desenvolvimento do país pela capacidade de aumentarem a coesão territorial onde o acesso a outras atividades está condicionado, por permitirem incorporar valor a partir de matérias-primas produzidas localmente, permitirem o financiamento dos restabelecimento e manutenção de espaços de conservação e proteção".

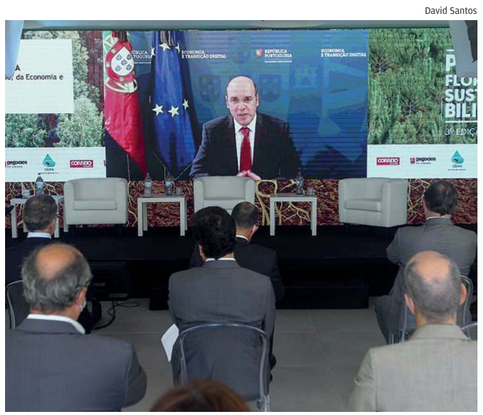
Na opinião de António Redondo, o uso potencial do território para floresta é superior ao atual, dada a ocupação pouco racional do solo com 20 a 30% de matos e incultos sem valor de conservação. "Consideramos crucial que se fomente a cooperação ao invés da competição entre as diferentes funções da floresta, envolvendo os diversos atores para que seja possível responder à necessidade de a proteger contra o risco de incêndio, agudizado pelo desafio climático, ao mesmo tempo que é estimulada a sua valorização económica", disse António Redondo. Acrescenta que "estamos disponíveis para aumentar e valorizar a área de floresta nacional através de investimento em floresta de produção e floresta de conservação e contribuir para a construção mais rápida de um país neutro em carbono".

O papel do Estado

Considera que uma das vias que o Estado pode usar para estimular o fomento e a gestão sustentável das florestas plantadas de produção, que cobrem a maior parte do território, consiste em reconhecer e estabelecer um regime de remuneração dos bens públicos produzidos por esta floresta, a chamada remuneração dos serviços dos ecossistemas.

A floresta de produção de pinheiros, sobreiros, eucaliptos ou carvalhos, gerida pelas melhores práticas disponíveis, é geradora de serviços de ecossistema, "ao contrário do que muitas vezes é dito, não é a floresta de conservação, de reduzida dimensão e muito focada na conservação de determinados valores naturais muito específicos, a única floresta geradora destes serviços. Ao considerarmos o conjunto de valências que o desenvolvimento sustentável exige – valor económico, valor ambiental, valor social – é a floresta de produção que globalmente valoriza melhor as diferentes variáveis do objetivo de uma política que garante o futuro sustentável do território. Em muitas regiões do país não há melhor alternativa técnica, social e económica para ocupação do solo", concluiu António Redondo. ■

David Santos



O ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, sublinhou a importância da inovação e do conhecimento para o crescimento do país.

A floresta de produção é estratégica para a descarbonização

"Inovação e conhecimento serão nos próximos anos, como já foram nestes últimos, os motores principais de crescimento da nossa produtividade e da nossa economia, e isso é particularmente importante num setor tão crítico a todos os níveis no nosso país, como é o setor da floresta e todas as fileiras industriais que lhe estão associadas", disse Pedro Siza Vieira, ministro da Economia e da Transição Digital.

Portugal tem bem a consciência de que as alterações climáticas são uma ameaça que impacta diretamente sobre o território e a população, e por isso foi o primeiro país a comprometer-se a atingir a neutralidade carbónica em 2050, mas é um desafio que só pode ser ultrapassado à escala global.

"Temos de fazer a nossa parte, mas temos de o fazer de uma forma alinhada com toda a Humanidade e contribuindo para este objetivo, que tem de ser coletivo, de combate às alterações climáticas", prosseguiu Pedro Siza Vieira, adiantando que para se conciliar o objetivo de reduzir os gases com efeitos de estufa com o bem-estar das nossas populações, tem de houver uma aposta na ciência, na inovação e na tecnologia.

Sumidouro de carbono

Pedro Siza Vieira avisou que a redução do nível de emissões de gases com efeitos de estufa passa por grandes investimentos para descarbonizar o sistema de transportes, os processos industriais, a produção de energia elétrica, a poupança de energia nos edifícios e nas atividades. Mas, "para atingirmos a neutralidade carbónica em 2050, é preciso que a parte remanescente das emissões, que não somos capazes de reduzir, seja neutralizada com técnicas diversas de absorção, captura ou sumidouro de carbono, em que a floresta e os solos agrícolas têm uma função evidente".

Na sua opinião, é provavelmente o mais crítico dos desafios ambientais e tem de se apostar numa melhor gestão da floresta, no aumento da sua dimensão e da sua capacidade de absorção de carbono. Exige uma diversificação do tipo de floresta em que há lugar para a floresta de conservação, de maturação lenta, que atinge níveis de captura de carbono a muito longo prazo, mas também para a floresta de produção.

Segundo Pedro Siza Vieira, a floresta de produção tem um papel crítico e decisivo não só pelo papel económico, "com a matéria-prima que alimenta fileiras industriais muito significativas e contribui para um valor acrescentado nacional das exportações e para o nosso saldo comercial, mas tem um papel crítico do ponto de vista ambiental e da captura de carbono, são as espécies de crescimento mais rápido que mais depressa conseguem absorver carbono".

Sublinhou que "temos de assegurar que a nossa floresta de produção replica, alimenta e financia todas as melhores práticas de gestão florestal que nos permitem contribuir para este objetivo e assegurar que a ocupação do território pelas nossas espécies florestais se faz também de uma forma mais equilibrada, que aumente a resiliência do nosso território e a sua capacitação para enfrentar o risco de incêndio". ■

Conferência do Green Deal e as florestas

"O impacto do Green Deal nas florestas e empresas" foi o tema da conferência realizada a 25 junho de 2021 no Lisbon Secret Spot em Lisboa no âmbito da 3.ª edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade, que tem por objetivo distinguir, premiar e dar visibilidade às boas práticas florestais, com foco na sustentabilidade. É uma iniciativa desenvolvida pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, em parceria com o Correio da Manhã e o Jornal de Negócios, que conta com o patrocínio do Ministério da Economia e da Transição Digital, e com o apoio da PwC. Abriram a conferência António Redondo, presidente da CELPA, Pedro Siza Vieira, ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, e Ana Cláudia Coelho, partner da PwC. No debate sobre "O impacto do Green Deal nas florestas e empresas", participaram Elvira Fortunato, cientista e professora catedrática na Nova FCT e vice-reitora da Universidade Nova de Lisboa, Humberto Rosa, diretor para o Capital Natural D-G Ambiente da Comissão Europeia, Jorge Moreira da Silva, diretor de Cooperação para Desenvolvimento, OCDE, Margarida Tomé, professora catedrática do Instituto Superior Agronomia, com moderação de Celso Filipe, diretor adjunto do Jornal de Negócios. Encerrou a conferência Francisco Gomes da Silva, diretor- geral da CELPA. ■

"O impacto do Green Deal" foi o tema que serviu para o lançamento do prémio.

As muitas vidas futuras do papel

As potencialidades do papel "são imensas. Hoje em dia, face aos problemas que vivemos, acho que há uma oportunidade muito positiva para as indústrias que trabalham nesta área", disse Elvira Fortunato.

"Desde o início do nosso grupo de investigação, o CENIMAT, que tivemos sempre a sustentabilidade como ponto principal. Como estávamos na área dos materiais tivemos a preocupação em utilizar, sempre que possível, materiais abundantes, de origem renovável, reciclável, e, por outro lado, utilizar também tecnologias amigas do ambiente", revelou Elvira Fortunato, cientista e professora catedrática do departamento de Ciência dos Materiais da NOVA School of Science and Technology-FCT NOVA, e vice-reitora da Universidade Nova de Lisboa e diretora do CENIMAT-Instituto de Nanomateriais, Nanofabricação e Nanomodelagem.

No início, um dos materiais investigados foi o papel e os seus derivados e a celulose em aplicações da área da eletrónica. "Ficamos também muito admirados e de facto as potencialidades deste material são imensas e em várias aplicações. Hoje em dia, face aos problemas que vivemos, acho que há uma oportunidade muito positiva para as indústrias que trabalham nesta área". Adianta que "o papel será uma das grandes alternativas para combater materiais de origem fóssil", disse Elvira Fortunato e tem aplicações na área da cosmética, produtos farmacêuticos, das embalagens, a eletrónica.

Alternativa aos plásticos

"Temos o problema dos microplásticos, os resíduos de plásticos nos oceanos, e como têm porosidade absorvem metais mais pesados, que entram na cadeia alimentar humana", disse Elvira Fortunato. Acrescentou que "podemos usar a celulose e os materiais à base do papel para as embalagens, o papel com todas as suas características, com camadas, proteções, com vários tipos de encapsulamento à base de biomateriais".

O CENIMAT foi o primeiro centro de investigação no mundo a utilizar o papel e a celulose para aplicações na eletrónica, porque é um material isolante que pode ser utilizado na eletrónica em transístores e semicondutores, por exemplo. "Neste momento no laboratório conseguimos transformar a superfície do papel em grafeno, que é um material que é um excelente condutor e nós neste momento podemos alterar a superfície através de um processo laser extremamente barato e ter papel condutor, que tem mais aplicações", disse Elvira Fortunato.

O papel tem flexibilidade, peso, custo, a tecnologia está mais que desenvolvida, por isso há uma série de aplicações em que se podem explorar as propriedades do papel para aplicações completamente diferentes. "Temos dois projetos na covid em que os testes de diagnóstico são feitos à base de papel, vamos iniciar um projeto grande na área da diabetes em que parte dos testes de diagnóstico é processado em papel e como conseguimos alterar a superfície do papel e parte da celulose noutros materiais como o grafeno, o papel tem propriedades únicas que se calhar são difíceis de obter com outro material", concluiu Elvira Fortunato. ■

David Santos

Elvira Fortunato referiu que estão em marcha dois projetos no âmbito da covid em que é usado o papel.

As potencialidades do papel são imensas e em várias aplicações. Hoje em dia, face aos problemas que vivemos, acho que há uma oportunidade muito positiva para as indústrias que trabalham nesta área.

ELVIRA FORTUNATO
Professora catedrática na Nova School of Science and Technology

Quanto mais candidatos ao prémio, mais se valoriza o setor

Para Daniel Bessa, presidente do júri, a 3.ª edição do Prémio Floresta e Sustentabilidade é mais "uma festa, de que saímos todos contentes, e todos valorizados, do que uma competição".

Daniel Bessa, professor jubilado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, é o presidente do júri do Prémio Floresta e Sustentabilidade e sublinha que as várias entidades a quem o prémio se dirige que "confiem no júri, que, pela sua extensão e pela independência dos seus membros, não se encontra capturado por nenhum dos potenciais concorrentes".

Espera "que os potenciais concorrentes, sobretudo das empresas e, em particular, das empresas maiores, que 'venham a jogo', mostrar-nos as suas 'habilidades', pelo mero 'prazer de virem a jogo': uma terá de 'ganhar', sendo momentaneamente 'chamada à boca de cena', na certeza de que nenhuma empresa concorrente tem a perder o que quer que seja e de que o conjunto, o setor, se verá valorizado, de todos os pontos de vista, tanto mais quanto mais potenciais candidatos 'vierem a jogo'".

Qual a importância da floresta para a economia portuguesa e como é que poderia acrescentar mais valor?

Como economista, valorizaria a importância da floresta enquanto um dos maiores recursos naturais de que o país dispõe. Há também o mar, mas esse, por inutilizado, ainda não chega a ser recurso. É por isso que as exportações de produtos industriais de base florestal, mais do que pelo seu peso no total de exportações de mercadorias do país, na casa dos 10%, se distinguem pelo elevadíssimo peso do valor acrescentado nacional nessas exportações, seguramente superior aos 70%. Em nenhum outro grande setor industrial nacional, mesmo exportando mais, encontramos uma tão elevada incorporação de valor acrescentado nacional.

Espero que, a prazo, a "estatística económica" seja capaz de registar contributos da floresta para a qualidade de vida coletiva, como os relativos ao oxigénio, à biodiversidade ou à natureza de que usufruímos, hoje negligenciados, porque não encontramos ainda a melhor forma de os contabilizar.

Na sua opinião o que é deveria mudar nas políticas florestais para tornar o setor mais atrativo ao investimento e à inovação?

No setor florestal, como em qualquer outro, diferentes atores pedem às políticas diferentes orientações, em concordância com os seus interesses, com a sua ideologia e com a sua visão do mundo. O que me parece necessário é que se chegue a um consenso, ou a um compromisso duradouro, libertando a política florestal portuguesa do reparo que lhe é mais comum, vindo praticamente de todos estes atores: o seu caráter errático, ao serviço das idiossincrasias dos sucessivos ocupantes da "cadeira ministerial". Nada se me afigura mais pernicioso para o investimento e para a inovação do que o caráter errático destas políticas, sendo sempre preferível uma orientação definida e previsível.

O que é que os próprios empresários do setor, que tem vários segmentos muito diferenciados em termos de capacidade de investimento, exportação e inovação, poderiam fazer melhor?

Esta questão, trazendo-me para a "minha praia", deixa-me sempre mais à vontade, para não dizer mais seguro. Por mais diferenciados que sejam, e são-no, os empresários do setor (pelo segmento em que operam; pela suas dimensões, com impacto em variáveis tão importantes como a capacidade de investimento, exportação e inovação), o que se espera, melhor, se exige de todos e cada um deles é que melhorem as suas práticas de gestão, em todas as frentes. É a melhoria dessas práticas de gestão que justifica resultados tão assinaláveis como os que têm vindo a ser conseguidos pelas empresas portuguesas mais representativas em segmentos como, por exemplo, os do papel e da pasta de papel ou da cortiça. Dos mais pequenos, e sabemos como predominam, com uma expressão avassaladora, espero, como condição sine qua non, níveis acrescidos de associativismo e de cooperação, não apenas entre si mas também com agentes exteriores, nomeadamente fornecedores de bens e serviços e, entre estes, o sistema científico e tecnológico português. ■

O PRR não tem muitas verbas para a floresta

As políticas de combate aos incêndios rurais são focadas no fogo, políticas florestais na floresta. Têm zonas de interseção, mas um dos males atuais é confundir-se os incêndios rurais com a floresta, o que acontece no PRR.

"São vários milhões de euros que anualmente a indústria de pasta de papel aplica nestes programas e fomento tecnológico, que nos últimos três anos abarcaram mais de 33 mil hectares de floresta de pequenos proprietários privados", refere Francisco Gomes da Silva, diretor-geral da CELPA. Esta inovação bebe no conhecimento florestal que germina nas universidades e nos centros de investigação e que se transforma em inovação e tecnologia. Neste processo contam com os investimentos relevantes em I&D da indústria da pasta e do papel.

O que é deveria mudar nas políticas florestais, desde os fogos às medidas regulatórias?

O maior problema da política florestal em Portugal é não reconhecer que os maiores problemas da nossa floresta são de base económica: a falta de gestão, ou o abandono, como se queira dizer, resulta do facto de muitas das atividades de base florestal não gerarem valor suficiente para remunerar os recursos que nela são envolvidos.

Muitas vezes é porque uma parte significativa dos bens e serviços produzidos tem o caráter de bens públicos, tal como a fixação de CO_2, a promoção de biodiversidade ou mesmo a proteção da paisagem, que o mercado, ou seja, a população portuguesa não está disponível para pagar. Se a isto juntarmos o facto de uma parte dos bens ou serviços produzidos pela floresta terem sido substituídos por outros, temos a maior parte da equação do abandono explicada.

Mudar a política, neste caso, seria remunerar estes bens/serviços através de políticas públicas – a chamada remuneração dos serviços de ecossistemas, em vez de se pôr toda a ênfase nos custos adicionais que o proprietário florestal tem de suportar para proteger a sociedade.

A segunda mudança seria admitir de forma clara que a floresta de produção é, desde que gerida de forma sustentável, geradora de diversos valores que a sociedade hoje considera. A floresta de conservação, que maximiza estes valores (serviços de ecossistemas) existe sempre em áreas bem mais reduzidas e insuficientes para providenciar todos estes serviços. A floresta de produção tem, pois, de ser considerada para esses efeitos.

Finalmente é importante não confundir as políticas de combate aos incêndios rurais com políticas florestais. As primeiras são focadas no fogo, as segundas são focadas na floresta. Claro que têm zonas de interseção, mas um dos males atuais é confundir-se demasiadas vezes a questão dos incêndios rurais com a floresta. E depois concluímos, por exemplo, que o PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) tem muitas verbas para a floresta. Não tem.

Qual pode ser o papel das indústrias de celulose e papel no combate às alterações climáticas e à sustentabilidade?

O desafio do clima tem de ser vencido também através do sequestro de carbono, para além do importante papel da diminuição das emissões. Ora, são as florestas de produção, e em particular os povoamentos à base de espécies de rápido crescimento, aquelas que alcançam taxas de sequestro de CO_2 mais elevadas (medidas em ton CO_2/ano). Ou seja, estas florestas, que muitos teimam em ver como florestas "menos interessantes", são essenciais para vencer o desafio da neutralidade carbónica, passo essencial para vencermos o desafio do clima. A indústria é a primeira interessada em que as florestas de produção sejam geridas de forma sustentável, pois essa é a garantia de que terão matéria-prima no futuro. ■

David Santos

Francisco Gomes da Silva: indústria é a primeira interessada em que as florestas de produção sejam sustentáveis.

Uma nova estratégia florestal europeia está a caminho

Humberto Rosa sublinhou que, associada à estratégia florestal, virá uma iniciativa para promover a plantação de 3 mil milhões de árvores adicionais na Europa, e "será a árvore certa no lugar certo para o fim certo".

David Santos

Humberto Rosa diz que a Bruxelas vai dar mais orientações sobre as florestas seminaturais.

"Está na calha a aprovação de uma nova estratégia florestal europeia que deriva do Green Deal e, em particular, da estratégia de biodiversidade entretanto aprovada", revelou Humberto Rosa, diretor para o Capital Natural da D-G Ambiente da Comissão Europeia. Espera-se que traga "contributos mais fortes da floresta para este binómio clima-biodiversidade e também para garantir um mundo rural com vitalidade e uma bioeconomia verdadeiramente sustentável".

Serão instrumentos e orientações políticas para dar mais qualidade e diversidade da floresta, mais saúde ao ecossistema florestal e para mais sequestração de carbono na floresta e no seu solo. "Quando usamos a madeira da floresta, usamo-la de tal maneira que retenha o máximo tempo possível, os usos de ciclo longo serão favorecidos em relação aos usos de ciclo curto, em particular, a madeira para queimar porque rapidamente repomos o carbono na floresta em vez de o deixar onde está", referiu Humberto Rosa.

Humberto Rosa sublinhou que associada à estratégia florestal virá uma iniciativa para promover a plantação de três mil milhões de árvores adicionais na Europa e "será a árvore certa no lugar certo para o fim certo. Plantar uma árvore não é necessariamente bom, depende da árvore e onde é plantada, seja para o clima ou biodiversidade".

Florestas seminaturais

Assinalou ainda que haverá mais orientações para as florestas seminaturais ou que estão a crescer há muito tempo na Europa, "são mais preciosas porque nos prestam mais serviços de ecossistemas". Haverá uma orientação genérica para que a gestão florestal sustentável seja mais robustecida "por critérios que nos permitam ver em concreto onde está a acontecer gestão florestal sustentável e a não sustentável".

Segundo Humberto Rosa são respostas ao facto de a floresta europeia ter crescido em área, mas não em qualidade e resiliência. Enfrenta muitos problemas por causa das alterações climáticas, que aumentou a sua vulnerabilidade, aos usos indevidos e sobre-exploração, pragas, fogos florestais. "O Green Deal veio-nos dizer que para a floresta em geral precisamos de um rumo mais sustentável, integrado, em que a multifuncionalidade da floresta seja tida em conta, mas com um cursor dos vários serviços que ela nos presta mais reorientada conforme os casos para mais natureza, mais clima e mais bioeconomia sustentável".

> **O Green Deal veio-nos dizer que para a floresta em geral precisamos de um rumo mais sustentável.**
>
> **HUMBERTO ROSA**
> Diretor para o Capital Natural da D-G Ambiente da Comissão Europeia

Contabilidade natural

Na sua opinião seria importante que se fizesse a contabilidade pública do capital natural. Salienta que já existem metodologias para empresas e para Estados e as Nações Unidas aprovaram em março deste ano o Sistema de Contabilidade Económico-Ambiental – Contabilidade de Ecossistema. "É uma base para saber como é que estão os nossos ecossistemas, que serviços providenciam, quanto está degredado e se está a perder, quanto custa repor e a partir disso fazer um pagamento".

"Nem todas as florestas são iguais nas suas funções, todas elas rendem serviços de ecossistemas mas que não são todos iguais", frisou Humberto Rosa. Uma floresta de produção está mais vocacionada para o valor económico mas providencia serviços de ecossistemas. Contudo são as florestas de pouco valor económico que têm muito valor através dos serviços de ecossistema, com a contenção da erosão, a prevenção do fogo florestal porque estão mais maduras, diversificadas e com descontinuidades, "que nos poupam muito dinheiro no combate em aviões e em meios e há uma série de benefícios e que hoje em dia são pouco remunerados", concluiu Humberto Rosa. ■

"O grande problema da floresta portuguesa é a falta de rentabilidade"

Hoje em dia, a maior parte das florestas, com os custos que têm para fazer a gestão, não é rentável. A valorização dos serviços do ecossistema pode ser parte da solução.

David Santos

Margarida Tomé salientou que todas as florestas são boas.

"Todas as florestas são boas, produzem serviços dos ecossistemas, bens privados e bens públicos. A diferença entre os vários sistemas florestais e as diferentes florestas está na partilha do que elas produzem em termos de bens públicos e bens privados", refere Margarida Tomé, professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia. Acrescenta que não gosta de falar "em serviços de ecossistema mas em bens públicos e privados, bens que têm valor económico e bens que não usados por aqueles que os produzem mas que têm um grande valor para a sociedade e que são os bens públicos".

Sublinhou que em termos silvícolas se prefere o conceito de povoamento ao de floresta: "Se tiveram um eucaliptal com 10 anos é um povoamento, se ao lado está um com dois, é outro povoamento, um povoamento misturado de pinheiro-manso e sobreiro é outro", exemplificou. O que tem consequências na gestão florestal porque as decisões de gestão, embora seja aplicada ao nível de cada povoamento, devem ser tomadas a nível mais elevado porque tudo o que se faz num determinado povoamento influencia os outros que estão à volta.

A fragmentação da floresta e ausência de um plano de decisão acima dos povoamentos torna a gestão florestal mais complexa mas, para Margarida Tomé, "é um problema que tem solução, é uma questão de encontrarmos modos de governança que permitam fazer a gestão para além de cada povoamento em particular, mas ao nível de uma área maior".

Margarida Tomé considera que cada povoamento dá origem a uma série de serviços de ecossistema. Mas a sua avaliação em termos dos bens públicos é muito difícil. "Geralmente não beneficiam as pessoas que estão junto aos povoamentos, beneficiam outras que estão longe, portanto, avaliá-los, com a exceção do sequestro de carbono, não é fácil". E adianta que "uma boa gestão florestal tem de garantir uma provisão de todos os serviços do ecossistema ao nível de uma área relativamente grande e não de cada povoamento em particular".

Sequestro de carbono

"O grande problema da floresta fragmentada e de toda a floresta portuguesa é a falta de rentabilidade e por isso é que a valorização dos serviços do ecossistema pode ser parte da solução", sublinhou Margarida Tomé. Hoje em dia a maior parte das florestas, com os custos que têm, não é rentável. "Para um proprietário privado, especialmente os muito pequenos, a melhor opção é não fazer nada, porque assim não perde nada e até pode ser que ganhe se algumas árvores chegarem a uma idade para ser vendidas", sustentou Margarida Tomé.

O Eurobarómetro fez um inquérito aos europeus perguntando quais eram os serviços fornecidos pela floresta que as pessoas consideravam relevantes. Sequestro de carbono (66%), a manutenção do habitat para as espécies (60%), a proteção contra avalanchas e, nos últimos lugares, os produtos económicos que a floresta dá, a garantia de emprego nas zonas rurais, foram as respostas.

"A maior parte da população europeia não está preocupada com a rentabilidade económica, há uma pequena proporção da população, que é menos de 30% na Europa, que vive no mundo rural e que está a produzir o que os outros cidadãos europeus, que vivem nas zonas urbanas e periurbanas, valorizam. O pagamento dos serviços do ecossistema pode ser uma parte da solução e um auxílio a que a gestão florestal passe a ser feita como deve ser", assinalou Margarida Tomé. ■

David Santos

Jorge Moreira da Silva defende uma contabilidade do capital natural.

"Temos de medir o capital natural"

"Não devemos esperar por uma solução europeia para olhar para a floresta como capaz de provisionar recursos, mas também a remuneração dos serviços de ecossistemas", diz Jorge Moreira da Silva, que defende uma contabilidade nacional do capital natural.

"Qualquer visão radical de ambiente numa perspetiva antagónica à prosperidade e à igualdade de oportunidades não funciona e acho que é importante olhar para o Green Deal numa perspectiva mais ampla de redefinição de conceitos, de uma nova filosofia de desenvolvimento" afirmou Jorge Moreira da Silva, diretor-geral da Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE. Considerou que das três formas de internalizar na economia as externalidades ambientais, a regulamentação, a fiscalidade ou os mecanismos de mercado, é que tem estado ausente desta conceptualização e desenho de políticas públicas.

"Temos o capital financeiro, humano e o natural, que é o único que se tem depreciado desde 1992. O capital financeiro duplicou de 1992 até 2013, o capital humano aumentou 13% nesse período e o capital natural foi depreciado em 40%. Temos um planeta que precisaria de ser quase duas vezes maior do que é para acomodar o nosso modelo de desenvolvimento", enunciou Jorge Moreira da Silva.

PIB desatualizado

Segundo Jorge Moreira da Silva, há uma discussão sobre a possibilidade de alargar ao setor florestal e agrícola o sistema de comércio de emissões, agora que existe mais informação sobre a forma de medir o sequestro de carbono. "A Comissão Europeia tem previsto até fim do ano lançar uma proposta sobre o carbon farming."

"Não devemos esperar que venha a surgir uma solução europeia de comércio de emissões, que integre a floresta, para tratar de realizar no espaço nacional aquilo que está ao nosso alcance e que é nossa responsabilidade. Olhar para a floresta como capaz de provisionar recursos, mas também a remuneração dos serviços de ecossistemas", diz Jorge Moreira da Silva.

Defende uma contabilidade nacional do capital natural. "Temos de passar a medir o capital natural, contabilizá-lo, valorá-lo e valorizá-lo. Hoje temos nas contas nacionais um PIB que está desatualizado, há um capital que está esquecido, só a biodiversidade vale 140 biliões de dólares anuais. Esse capital em que Portugal é rico, é um capital que não está medido, não está contabilizado, não é valorado nem valorizado", considerou Jorge Moreira da Silva.

Ação nacional

Na sua opinião, é essencial uma definição e uma prática da remuneração dos serviços de ecossistemas, qual foi o valor que aquela árvore gerou para além da pasta e do papel no sequestro de CO_2, na fixação de minerais, no combate à erosão, na regulação dos recursos hídricos, na preservação da biodiversidade, no combate a pragas e doenças. "Fazer isto depende de regulação e não podemos ficar à espera da europeia, por isso, espero que a academia, o setor público, os legisladores, se possam mobilizar num grande compromisso para finalmente medirmos um capital em que somos verdadeiramente ricos". Com a remuneração dos serviços de ecossistemas "teremos incentivos para as pessoas irem para o interior tratar da floresta, conservar a biodiversidade". ■

Publicidade

CANDIDATURAS ABERTAS

Na floresta estão as raízes do nosso futuro

O **Prémio Floresta e Sustentabilidade** é uma iniciativa bienal da CELPA – Associação da Indústria Papeleira, em parceria com o Correio da Manhã e o Jornal de Negócios, e com o patrocínio do Ministério da Economia e da Transição Digital.

A **3ª edição** arranca num contexto de desafios inauditos, em que a floresta sustentável ganha uma ainda maior relevância para as nossas populações e para a economia.

O Prémio Floresta e Sustentabilidade vai continuar a **distinguir** e a **premiar as melhores práticas de sustentabilidade** do setor e aprofundar o debate sobre a fileira florestal neste momento de pandemia.

Consulte o site para mais informações
e **candidate-se em www.premioflorestasustentabilidade.pt**

PRÉMIO FLORESTA E SUSTENTABILIDADE

3ª EDIÇÃO | 2020/21

Uma iniciativa:

CELPA Associação da Indústria Papeleira | CORREIO da manhã | negocios

Patrocínio:

REPÚBLICA PORTUGUESA
ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL